

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 124.036 - MG (2020/0036580-9)

RELATORA : MINISTRA LAURITA VAZ
RECORRENTE : MARCOS DE OLIVEIRA PAULINO (PRESO)
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

EMENTA

RECURSO ORDINÁRIO EM *HABEAS CORPUS*. PENAL E DIREITO PROCESSUAL PENAL. ROUBO CIRCUNSTANCIADO. PRISÃO PREVENTIVA. GRAVIDADE ABSTRATA DO CRIME. FUNDAMENTOS VAGOS. CONSTRANGIMENTO ILEGAL EVIDENCIADO. LIMINAR DEFERIDA. RECURSO ORDINÁRIO EM *HABEAS CORPUS* PROVIDO.

DECISÃO

Trata-se de recurso ordinário em *habeas corpus*, com pedido de liminar, interposto por MARCOS DE OLIVEIRA PAULINO contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais proferido no julgamento do HC n.º 1.0000.19.155205-8/000.

Colhe-se dos autos que o Recorrente foi preso em flagrante, em 07/11/2019, com posterior conversão em custódia preventiva (fls. 61-62), pela suposta prática do delito previsto no art. 157, § 2.º, inciso II, do Código Penal, pois, "*junto de terceiro, interceptou a vítima em via pública e subtraiu seu telefone celular mediante violência e grave ameaça*" (fl. 107).

Irresignada com a segregação cautelar, a Defesa impetrou *habeas corpus* perante o Tribunal estadual, que denegou a ordem (fls. 104-115).

Em suas razões, o Recorrente sustenta, em síntese, a falta de fundamentação idônea do decreto prisional, pois lastreado na gravidade abstrata do crime, além da ausência dos requisitos previstos no art. 312 do Código de Processo Penal para a decretação da prisão preventiva.

Destaca, ademais, que possui as condições pessoais favoráveis para permanecer em liberdade, sendo, no caso, suficientes as medidas cautelares diversas da prisão.

Requer, em liminar e no mérito, a revogação de sua constrição preventiva,

com a aplicação das medidas cautelares alternativas.

A liminar foi **deferida** às fls. 138-141.

As informações foram prestadas às fls. 153-170.

O Ministério Público Federal manifestou-se pelo não provimento do recurso ordinário em *habeas corpus* (fls. 172-175).

É o relatório.

Decido.

A ordem merece ser concedida.

Como se sabe, a decretação ou a manutenção da prisão preventiva depende da configuração objetiva de um ou mais dos requisitos do art. 312 do Código de Processo Penal. Para isso, o Julgador deve consignar, expressamente, elementos reais e concretos indicadores de que o indiciado ou acusado, solto, colocará em risco a ordem pública ou econômica, a instrução criminal ou a aplicação da lei penal.

Na hipótese, o Juízo de primeiro grau homologou o flagrante e o converteu em prisão preventiva amparado pelos seguintes fundamentos (fls. 61-62; sem grifos no original)

"A prisão, analisada pelos aspectos legais, não comporta aqui oportunidade para o relaxamento ou para a concessão de liberdade provisória. No caso em tela, apesar da primariedade do Autuado, tem-se que as circunstâncias do crime são graves, tendo a subtração se efetivado mediante, violência física e grave ameaça, segundo declarações da vítima. Destarte, revela-se inadequada e insuficiente a aplicação de medidas cautelares diversas da prisão preventiva, que se faz necessária para a garantia da ordem pública, tão vulnerabilizada com o crescente e alarmante número de delitos que vem assolando nossa sociedade."

Já o Tribunal *a quo*, ao denegar a ordem no writ originário, manifestou-se nos termos que se seguem (fls. 107-114; sem grifos no original):

"Conforme se infere dos autos, o paciente foi preso sob a imputação, em tese, da prática do crime tipificado no art. 157, § 2º, II do CP.

De acordo com as informações, o paciente, junto de terceiro, interceptou a vítima em via pública e subtraiu seu telefone celular mediante violência e grave ameaça.

Gize-se que as circunstâncias em que o crime ocorreu são graves, e evidenciam sua periculosidade e risco social, conforme bem ressaltou o MM. Juiz monocrático da decisão que decretou a prisão

preventiva.

[...]

Quanto ao periculum libertatis, evidencia-se a necessidade da segregação cautelar do acusado para resguardo da ordem pública, entendida esta como sinônimo de paz social, que se encontra em risco quando o agente, em liberdade, provavelmente continuará praticando infrações penais.

[...]

Portanto, a decisão interlocutória que indeferiu o pleito de revogação da prisão preventiva do paciente foi fundamentada em dados concretos obtidos pela autoridade policial e em juízo, em estrita obediência ao art. 93, inc. IX, da Constituição Federal e art. 315 do CPP, revelando-se evidente que medidas cautelares diversas da prisão não se mostram mais adequadas e suficientes às peculiaridades do presente caso.

[...]

A impunidade é o celeiro do crime, e é estarrecedora a demora e perplexidade da administração, ante, esta sim, grande subversão da ordem e da segurança dos cidadãos, calamitosamente denunciada por milhares de sentenças condenatórias não executadas, por carência de prisões e pela repugnante extorsão da liberdade negociada, transviadas conselheiras de assaltos, roubos, assassinatos e estupros."

Como se observa, não há a indicação de nenhum elemento concreto que justifique a necessidade da custódia cautelar do Recorrente, notadamente porque, na decisão que decretou a prisão preventiva, o Juízo singular limitou-se a afirmar que "*as circunstâncias do crime são graves, tendo a subtração se efetivado mediante, violência física e grave ameaça, segundo declarações da vítima*" (fls. 16-17), sem tecer qualquer consideração acerca dos demais pressupostos necessários para a determinação da medida.

Ademais, a Corte estadual, igualmente, ressaltou somente a gravidade abstrata do crime de roubo e o fato de ter sido praticado em concurso de agentes, que já é causa de aumento de pena do delito em questão – "*o paciente, junto de terceiro, interceptou a vítima em via pública e subtraiu seu telefone celular mediante violência e grave ameaça*" (fl. 107).

A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça orienta-se no sentido de que **fundamentos vagos**, que digam respeito às próprias elementares do tipo penal, **não são idôneos para justificar a decretação de prisão preventiva**, porque nada dizem acerca da **real periculosidade do agente**, que só pode ser decifrada à luz de elementos concretos constantes dos autos.

Exemplificativamente:

"RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. ROUBO MAJORADO TENTADO. PRISÃO PREVENTIVA. FUNDAMENTAÇÃO INIDÔNEA. GRAVIDADE ABSTRATA DO DELITO. RÉU PRIMÁRIO. CONSTRANGIMENTO ILEGAL. RECURSO PROVIDO.

1. A privação antecipada da liberdade do cidadão acusado de crime reveste-se de caráter excepcional em nosso ordenamento jurídico, e a medida deve estar embasada em decisão judicial fundamentada (art. 93, IX, da CF) que demonstre a existência da prova da materialidade do crime e a presença de indícios suficientes da autoria, bem como a ocorrência de um ou mais pressupostos do artigo 312 do Código de Processo Penal. **Exige-se, ainda, na linha perfilhada pela jurisprudência dominante deste Superior Tribunal de Justiça e do Supremo Tribunal Federal, que a decisão esteja pautada em motivação concreta, vedadas considerações abstratas sobre a gravidade do crime.**

[...]

3. **No caso, a decisão singular não apontou dados concretos, à luz do art. 312 do Código de Processo Penal, a respaldar a restrição da liberdade do paciente; somente faz referência às elementares do tipo penal e à gravidade abstrata do delito. Recorrente primário. Constrangimento ilegal evidenciado.**

4. Recurso provido para revogar o decreto prisional do recorrente, salvo se por outro motivo estiver preso, mediante a aplicação de outras medidas cautelares previstas no artigo 319 do Código de Processo Penal." (RHC 110.055/MG, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 07/05/2019, DJe 20/05/2019; sem grifos no original.)

"RECURSO EM HABEAS CORPUS. PRISÃO PREVENTIVA. ROUBO MAJORADO PELO CONCURSO DE AGENTES. FUNDAMENTAÇÃO INIDÔNEA. CONSTRANGIMENTO ILEGAL EVIDENCIADO. RECURSO PROVIDO.

1. Tendo o decreto de prisão destacado a necessidade da custódia apontando que há gravidade nos fatos praticados, sem demonstrar concretamente sua caracterização, **justificando a medida extrema apenas na gravidade concreta do crime e a periculosidade exacerbada, tendo em vista que, o crime foi cometido com grave ameaça, tal conduta demonstra claramente o desprezo ao estado de direito, bem como o ferimento a garantias constitucionais dos cidadãos, verifica-se a ocorrência de ilegalidade.**

2. **Fundamentos vagos relativos às elementares do crime não são idôneos para justificar a decretação de prisão preventiva, que só pode ser motivada em elementos concretos constantes dos autos.**

3. Recurso em habeas corpus provido para determinar a soltura do recorrente, **DHYOW HERIC VIEIRA DA SILVA**, o que não impede

Superior Tribunal de Justiça

nova e fundamentada decisão de necessária cautelar penal, inclusive menos gravosa do que a prisão processual." (RHC 110.637/PI, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 25/06/2019, DJe 02/08/2019; sem grifos no original.)

Ressalto, ademais, que a informação constante no acórdão combatido de que *"este não é um fato isolado na vida do paciente **Cleomárcio**, que é reincidente, possui condenação pela prática do delito de furto simples, findada a execução em 18 de maio de 2015 (autos nº 2688136-24.2013.8.13.0024), bem como condenação pela prática do crime de tráfico de drogas (autos nº 2296607- 60.2014.8.13.0024), pela qual ainda está em cumprimento de pena"* (fl. 107), se refere ao **Corréu**, e **não ao Recorrente (Marcos de Oliveira Paulino)**.

Ante o exposto, DOU PROVIMENTO ao recurso ordinário em *habeas corpus* para, confirmada a decisão liminar, determinar a soltura do Recorrente, se por outro motivo não estiver preso, advertindo-o da necessidade de permanecer no distrito da culpa e atender aos chamamentos judiciais, sem prejuízo de nova decretação de prisão provisória, por fato superveniente a demonstrar a necessidade da medida ou da fixação de medidas cautelares alternativas (art. 319 do Código de Processo Penal), desde que de forma fundamentada.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 03 de abril de 2020.

Ministra LAURITA VAZ
Relatora